

As Empresas Militares Privadas e a Paz: uma Análise Crítica

Ramon Blanco*

Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra, em parceria com o Centro de Estudos Sociais (CES)

Resumo

Neste ensaio se objectiva analisar criticamente a actuação de um ente cada vez mais relevante no cenário da segurança e paz internacionais, as Empresas Militares Privadas (EMPs). É argumentado que estas não possuem aptidões para uma maior centralidade na consecução de uma paz internacional sustentável. De forma a suportar o argumento, será inicialmente delineado tal actor internacional. Serão abordadas a emergência e caracterização deste, assim como expostos os argumentos a favor e contra sua actuação nas operações de paz e seus possíveis efeitos. Em seguida, será exposto o desafio que é a construção de uma paz sustentável. Serão examinados com mais profundidade a vertente teórica relativamente à violência assim como o entendimento mais alargado de paz propostos por Galtung. Serão ainda observadas as dimensões apresentadas como fonte de origem dos conflitos pela bibliografia relevante, mostrando dessa forma o entendimento estreito de paz e transformação de conflitos tido pelas EMPs.

Abstract

Peace and Private Military Companies: A Critical Analysis

The objective of this essay is to critically analyze the performance of an actor that is increasingly relevant in the international peace and security scenario, the Private Military Companies (PMCs). It is argued that they do not have capability and great centrality in the construction of a sustainable international peace. In order to sustain the argument, it will be initially defined the actor (PMCs). It will be considered the emergence and characterization of it, and also exposed the arguments in favour and against its acting in the peace operations and its possible effects. Following this, it will be more deeply examined the theoretical dimension regarding violence and also the enlarged understanding of peace proposed by Johan Galtung. Finally it will be also observed the dimensions presented as sources of the conflicts by the relevant literature, showing in this way the narrow understanding of peace and of conflict transformation that the PMCs have.

* Ramon Blanco obteve o Diploma de Estudos Avançados em Relações Internacionais, com especialização em Estudos para a Paz e Segurança Internacional, na Universidade de Coimbra (2008), e sua graduação em Administração na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Enquanto Doutorando é financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) – SFRH / / BD / 43498 / 2008. O autor pode ser contactado e recebe comentários pelo e-mail: ramon@ces.uc.pt

Introdução

O fim da Guerra Fria traz consigo profundas transformações no cenário internacional e no pensamento teórico/conceptual relativamente a este, e na esfera securitária não é diferente. O pensamento securitário da lógica bipolar, moldado para os conflitos armados directos entre Estados (Fierke, 2007), é aberto para diferentes dinâmicas e passa a notar também as “novas” (Kaldor, 1999) e “novíssimas” guerras¹ (Moura, 2005). Nesse cenário, novas dimensões de ameaças são adicionadas às antigas, como, por exemplo o terrorismo, o meio ambiente, crime organizado transnacional (Collins, 2007) ou a crise alimentar. Dentro desse ambiente, transforma-se também o referente de segurança, aquele a quem deve-se proteger das diversas ameaças, para incluir além dos Estados, por exemplo, as pessoas, com o conceito de segurança humana (UNDP, 1994).

Se, por um lado, os pensamentos no tocante aos conflitos e aos referentes de segurança vão sendo transformados ao longo do tempo, o entendimento de paz e o pensamento no tocante à consecução desta também. Johan Galtung e a Escola dos *Peace Studies*,² com os conceitos de paz negativa e paz positiva, vêm mostrar que uma paz sustentável é muito mais do que o simples cessar da violência direta (paz negativa), que esta deve passar também pela superação das violências estrutural e cultural (paz positiva), estas muito mais profundas do que aquela (Galtung, 1969, 1990). Tais alterações no entendimento de paz e violência, chegam também às respostas no tocante aos conflitos, e estas igualmente vêm sendo transformadas ao longo do tempo. É clara, por exemplo, a transformação do escopo das operações de paz da ONU, em suas primeira, segunda e terceira gerações, aumentando continuamente não somente a profundidade, mas principalmente a complexidade destas (Paris, 2004).³

Ao passo que é cada vez mais central o modelo de respostas aos conflitos das Nações Unidas, a eficácia deste é progressivamente mais contestada (Richmond, 2008: 109-115). Assim, é cada vez maior o esforço para se (re)pensar a paz e a violência. (Freire and Lopes, 2008). Desta forma, torna-se altamente necessário

1 Apesar de os conflitos intra-estatais já serem realidade e constituírem a maior parte das conflitualidades pelo globo desde o pós Segunda Guerra Mundial. Ver, por exemplo, o gráfico compilado pelo *Uppsala Conflict Data Program* da Universidade de Uppsala (Harbom and Wallensteen, 2009: 579).

2 Para mais detalhes sobre a trajetória dos *Peace Studies*, ver também, por exemplo: (Pureza and Cravo, 2005); (Rogers and Ramsbotham, 1999) e (Wiberg, 2005).

3 Ver especialmente o Capítulo 1. Para uma análise das transformações destas e suas fragilidades, ver (Freire and Lopes, 2008: 9-15).

observar tanto dinâmicas quanto actores emergentes dentro desse contexto para que possamos, como sociedade, alcançar uma paz mais duradoura e sustentável. Aqui, assenta-se o objectivo do presente ensaio. Este intenciona observar, criticamente, a emergência das Empresas Militares Privadas (EMPs) no cenário internacional e a crescente vontade destas, e de seus defensores, de assumirem papel central nas respostas à conflitualidade no plano internacional. Objectiva-se mostrar que a consecução de uma paz sustentável e a concreta transformação dos conflitos requer um entendimento mais profundo das causas destes. Assim, por terem competência somente em uma dimensão da paz, a paz negativa, e não possuindo capacidade para alcançar uma paz positiva, as EMPs não desfrutam de aptidão para obterem um papel central nas respostas aos conflitos internacionais.

A presente crítica será construída nomeadamente em duas dimensões. Primeiramente será melhor delineado este actor internacional que são as EMPs. Dentro deste enquadramento, será observada a emergência e a caracterização destas, assim como as principais causas de sua expansão. Em seguida, ainda observando às EMPs, serão expostos os argumentos a favor e contra da actuação destas nas operações de paz e os possíveis efeitos de uma maior centralidade destas na conflitualidade internacional. Posteriormente, será abordado o desafio que é a construção de uma paz sustentável. Neste ponto, será examinada com mais profundidade a vertente teórica relativamente à violência e o entendimento mais alargado de paz, proposto por Galtung, assim como apontadas algumas dimensões apresentadas como fonte de origem dos conflitos.

Tal proposta se faz necessária para justamente mostrar que a consecução de uma paz sustentável passa por muito mais do que o entendimento estreito tido pelas EMPs. Dessa forma, o presente ensaio abre um novo caminho para a crítica à centralidade das EMPs na transformação dos conflitos, mostrando que estas, ao contrário do que propagam seus defensores, não são aptas a construir uma paz sustentável quando o entendimento de paz é alargado.

Enquadramento das Empresas Militares Privadas

Com o objectivo de mostrar a enormidade do desafio que é a transformação dos conflitos e a construção de uma paz positiva, e consequente inaptidão das EMPs para tal desafio, é preciso delinear melhor este actor. Faz-se necessário, portanto, lançar um olhar mais atento sobre as EMPs relativamente às diversas dimensões destas. Dentro desta secção, serão abordadas nomeadamente as origens, as causas,

as argumentações a favor e contrárias à centralidade das EMPs nas operações de paz e alguns de seus efeitos para a conflitualidade internacional.

A dimensão não estatal da violência pode parecer recente para os contemporâneos do Estado Moderno ou mesmo uma novidade do nosso século, podendo ser inclusive estranha para os que vêem no Estado o portador do monopólio do uso legítimo da força⁴ (Weber, 2000). Contudo, esta é recorrente nas relações internacionais muito antes do século XX (Herbst, 1997 apud Singer, 2003: 19), sendo a contratação de tropas tão velha quanto a própria guerra e inclusive fazendo parte da natureza da mesma (Singer, 2003: 19 e 38)⁵. É talvez somente com propagação das ideias da Revolução Gloriosa (1688), mas principalmente com a Revolução Francesa (1789) e Guerras Napoleónicas (1793-1814) – com seus ideais nacionalistas, que a guerra passa a ser uma questão nacional (Paulo, 2005: 122-123). É notório, portanto, o paralelo entre a ascensão e o fortalecimento do Estado Moderno por um lado, e a gradual exclusão do ente privado no tocante à violência por outro (Abrahamsen and Williams, 2008: 134).

Relativamente a esta re-emergência do privado no tocante à violência e à guerra (Ibid, 2008) pode-se observar suas origens por exemplo em dois momentos. Primeiramente, nos anos 50 com o surgimento das empresas de segurança privada, cujo objectivo era a prestação de serviços a entes não-estatais no plano interno, e posteriormente ao longo da década de 70, onde tais serviços começaram por estender-se em esferas antes dominadas pelas forças armadas (Correia, 2005: 128). Apesar da oferta de tais serviços terem crescido com o tempo, ainda não é nada homogênea a forma de classificar esta prestação de serviços relacionados à dimensão militar actualmente.

Para Schreier e Caparini, a divisão é feita entre Empresas Militares Privadas e Empresas de Segurança Privada (2005: 17-33). Já para Shearer, a tipologia deve ser feita com base nos diferentes tipos de entidades privadas⁶ (1999). Contudo, tais tipologias não clarificam muito, dada a enorme dificuldade de diferenciá-las, uma vez estas em actuação nos conflitos, e também por tais tipologias não abrangerem a totalidade de serviços prestados por tais empresas (Barrinha, 2007). Devido a isso, o estudo de Singer é uma esclarecedora contribuição (Abrahamsen and Williams, 2008). Para Singer, todas estas empresas são militares e estas devem ser analisadas

4 “Política como Profissão” (*Politik als Beruf* no original) é uma palestra dada por Max Weber a estudantes da Universidade de Munich em 1919, sendo o texto original publicado no mesmo ano.

5 Para mais sobre a história de entes privados na guerra, ver (Singer, 2003: Capítulo 2).

6 Sendo essas: Empresas Militares Independentes, Empresas por Procuração, Empresas de Segurança, Agrupamentos *ad hoc* e Estados Privatizados (Shearer, 1999: 1).

relativamente ao seu envolvimento no conflito. A divisão para ele passa pelas Empresas Militares de Apoio,⁷ Empresas Militares de Consultoria⁸ e Empresas Militares de Fornecimento,⁹ sendo estas as de actuação mais próximas do conflito¹⁰ (Singer, 2003: 91).

Relativamente às causas da emergência desse actor e do crescimento dessa indústria no cenário internacional, são inúmeras as encontradas na bibliografia sobre o tema. Contudo, é possível identificar alguns factores-chave. Correia identifica, por exemplo, “a emergência do neoliberalismo nos finais do século XX e o consequente esvaziamento do papel do Estado em áreas que sempre lhe estiveram reservadas” (2005: 128). Tal facto traz consigo um aumento da normatização relativamente à privatização e a crença de que, por meio desta, a eficiência máxima seria alcançada (Magalhães, 2005). Ponto aludido também, por exemplo, por Singer, quando argumenta que esta mudança normativa no tocante à mercantilização da esfera pública leva a uma busca por soluções no mercado e uma consequente externalização de funções estatais como por exemplo escola, saúde e que também chegou à esfera militar (2002).

O fim da Guerra Fria é também um factor crucial para o entendimento desse actor internacional. Para Mandel, tal factor traz consigo duas dimensões: as consequências “*pull*” e “*push*”. Referente à dimensão “*pull*”, o autor trata da drástica diminuição realizada nos efectivos militares dos Estados, dado que a enormidade dos mesmos não fazia mais sentido em um mundo pós Guerra Fria (2002). Essa grande diminuição das tropas (Singer, 2002), aliada à uma significativa reestruturação organizacional militar (Barrinha, 2007), leva a uma alta disponibilidade não somente de equipamentos bélicos mas também de mão-de-obra altamente qualificada no mercado internacional, ambos parte dos quadros militares dos Estados nacionais no passado.

Relativamente à dimensão “*push*” de Mandel (2002), é observado um elevado aumento na procura por esses serviços privados, sendo tal facto consequência de alguns acontecimentos. Talvez o mais evidente seja uma maior relutância de Estados centrais em envolverem-se em áreas instáveis (Abrahamsen and Williams, 2008).

7 Caracterizadas por serviços militares suplementares, tais como: logística, suporte técnico, transporte e suprimentos (Singer, 2003: 97)

8 Caracterizadas pelo aconselhamento e treinamento ou reestruturação das forças armadas do cliente (Singer, 2003: 95).

9 Caracterizadas pela sua actuação no plano tático e oferta de serviços na frente de batalha, passando inclusive pelo real engajamento no conflito (Singer, 2003).

10 Para maior profundidade em cada uma destas, ver (Singer, 2003: Capítulos 7-9). Para um quadro com exemplos de empresas e os tipos de serviços prestados, ver (Vaz, 2002: 371).

Dessa forma, grandes ineficiências que estavam sob a alçada dos Estados centrais da lógica bipolar vêm à tona. Assim, cada vez mais, não somente organizações e corporações passam a demandar tais serviços, mas também governos e Estados (Mandel, 2002).

A Revolução nos Assuntos Militares (RAM) é outro dos factores-chave para o crescimento da indústria das EMPs. Com a RAM e o seu consequente fim do monopólio paradigmático clausewitiziano (Correia, 2005), a guerra não mais é unicamente um instrumento racional da política nacional, não tendo mais, assim, o carácter da continuação da política por outros meios de Clausewitz (Ibid, 2002). Tal força, conjugada a diminuição do paradigma Weberiano, abre largo espaço para o proliferar das EMPs (Ibid, 2005).

A RAM consiste nomeadamente em quatro dimensões,¹¹ sendo estas fundamentais para o entendimento e, principalmente, para o enquadramento deste fenómeno e também bastante influentes no reforço e alargamento das EMPs. Talvez a vertente mais comentada da RAM, seja a dimensão tecnológica e a sua utilização intensiva de tecnologia no fazer a guerra. Tal facto poderia tornar as forças armadas mais dependentes de avançadas tecnologias, sendo assim um peso para o Estado custear tal dinâmica, o que associada à lógica de privatização e transferências de custos do público para o privado abre enormes oportunidades para a proliferação e aquisição das EMPs.

Contudo, um olhar mais atento direccionado à RAM percebe que esta não se trata somente de uma revolução tecnológica no guerrear, mas principalmente uma nova forma de fazer a guerra (Rumsfeld, 2002). Tanto as dimensões organizacional – com a sua elevada profissionalização do militar e imensa flexibilidade demandada das forças armadas, como a conceitual – e o seu alargamento no conceito de ameaça e opositor, sua necessidade para o lidar com guerras tanto simétricas quanto assimétricas e dissimétricas, cobrindo o campo tanto das guerras tradicionais quanto das novas (Kaldor, 1999) e talvez das novíssimas guerras (Moura, 2005), assim como a profunda mudança doutrinária – com o esvaziamento do paradigma clausewitiano e o aceitar da guerra fora da hierarquia da política e do escopo dos interesses nacionais e das forças armadas – não somente abrem como pavimentam o caminho para um não só fortalecer, mas um propagar da utilização das EMPs internacionalmente.

11 Dimensões expostas pelo Professor General Pedro de Pezarat Correia em suas aulas no âmbito do Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos na Universidade de Coimbra.

As Empresas Militares Privadas e as Operações de Paz da ONU

Muito da discussão e debate em torno das EMPs no cenário internacional dá-se no tocante à actuação destas nas operações de paz da ONU. Contudo, o debate vai mais além, centra-se na argumentação de que as EMPs deveriam ter papel central relativamente à conflitualidade internacional. Para alguns, essa é uma das grandes discussões e avaliações que a comunidade internacional deve realizar, tendo em vista a transformação dos conflitos internacionais (Singer, 2002).

Para Avant, esse debate pode ser dividido entre os “optimistas” e os “pessimistas”. Nos “optimistas”, enquadram-se os que vêem nas EMPs, não somente uma maior eficiência, mas também um novo actor com reais capacidades de uma actuação positiva e superior à dos Estados e Organizações Internacionais (nomeadamente a ONU) nas transformações dos conflitos (Avant, 2005). Para tais proponentes, a actuação destas só traria benefícios à comunidade internacional, uma vez que tal actor seria mais eficiente (Shearer, 1998b), mais rápido, melhor e muito mais barato do que qualquer envolvimento onusiano e sendo a transformação dos conflitos tão simples quanto o escrever de um cheque (Brooks, 2000b: 33). Chega-se inclusive ao extremo exagero, tanto de chamar as EMPs de “messias”, estas com capacidade de intervir efectivamente onde Estados não o são ou não o querem (Ibid, 2000a),¹² assim como declarar que as EMPs, inclusive, possuem elevada sensibilidade local (Leander, 2005: 823-824, nota 72). É, portanto, completamente compreensível o esforço enorme realizado tanto para a demonstração da eficiência económica deste actor (Paulo, 2005), quanto do seu descolar da imagem de mercenários (Shearer, 1998a; Magalhães, 2005).

Contrapondo esta posição, estão os argumentos de suspeição e contrários à centralidade deste actor nas respostas à conflitualidade internacional. Para Damian Lilly, as EMPs trazem alguns problemas e em seu artigo alguns pontos ganham proeminência (2000). O primeiro ponto é o facto de as EMPs terem um escopo muito limitado de actuação tendo, portanto, uma efectividade restrita no conflito como um todo. Em seguida, é apontado o factor de decisão política. Mesmo não sendo claro quem, dentro da ONU, ficaria responsável pela decisão da contratação das EMPs, muito provavelmente a responsabilidade cairia sob o Conselho de Segurança. Dessa forma, os obstáculos políticos alarmados pelos proponentes das

¹² Não por coincidência, um dos maiores proponentes dessa visão das EMPs nas Operações de Paz, externa e internamente ao meio académico seja Doug Brooks. Este é presidente da IPOA: *International Peacekeeping Operations Association*, uma associação de EMPs que actua realizando lobby em favor destas (Leander, 2004: 3).

EMPs apenas mudariam de foco, continuando contudo a existir. Nada impede também a promiscuidade desse processo decisório, onde os Estados decisores poderiam somente não usar o recurso do veto no Conselho de Segurança quando empresas de seu país fossem participar nas operações.

Por último, Lilly aponta a proximidade das EMPs com o mercenariado, ponto inclusive explorado com mais detalhe por Correia (2005), e a falta de responsabilização destas no caso de más práticas (2000: 59-60). Já para Avant, um dos pontos principais de crítica é a diminuição do controlo democrático que se teria com tal experimento, uma vez que as EMPs somente prestam contas a seus accionistas (2005). Outra crítica de destaque é a de deixar a segurança internacional e a transformação dos conflitos à mercê das lógicas de mercado de incentivos e custos/benefícios (Singer, 2003), ponto de elevada preocupação, principalmente nos dias de hoje, quando a actual crise financeira mostra que é cada vez mais notório que o mercado perfeito e auto-regulável é algo ilusório. Outro ponto altamente relevante, contudo pouco comentado na literatura sobre o tema, exposto por Correia, é a possível tendência da perpetuação dos conflitos, uma vez que a existência e o prolongamento destes é a fonte de receitas dessas empresas (2005). Dessa forma, o incentivo primeiro destas poderia ser o postergar do conflito, mesmo este podendo ser contido rapidamente.

Apesar de existirem inúmeras críticas e argumentações contrárias à centralidade ou a um maior envolvimento das EMPs na transformação da conflitualidade internacional, a maioria destas encontram-se na tecnicidade da questão, tendo assim, uma análise poucas vezes crítica (Leander, 2005). Trata-se portanto de apontar que as EMPs não possuem condições de uma construção de uma paz mais duradoura e sustentável. Para tal, faz-se central observar com maior atenção o desafio que é a construção de uma paz mais sustentável. Assim, um olhar mais aprofundado relativamente à origem dos conflitos e às dimensões de violência e de paz faz-se crucial. Somente dessa forma é provado que as EMPs não possuem condições de contribuir para a transformação dos conflitos para além do simples cessar de hostilidades. Contudo, falar de paz, actualmente, é falar em muito mais do que a simples superação das violências directas.

Enquadramento do Desafio: Violências, Pazes e Origem dos Conflitos

Nesta secção, serão abordadas com mais amplitude as vertentes teóricas referentes à violência e no tocante à paz. Aqui, será exposto que os conflitos

violentos possuem dimensões muito mais profundas que devem ser levadas em consideração do que o simples cessar de hostilidades entre as partes. Será evidenciado que a construção de uma paz sustentável e duradoura passa por muito mais do que a simples superação das violências directas entre as partes em conflito. Passa também pela superação das violências estruturais e culturais e assim a consecução de uma paz positiva, e não somente negativa. Assim, fica claro que por não ter condições de dar conta de um conceito de paz mais alargado, as EMPs não têm condições nem legitimidade para terem papel central no tocante às conflitualidades internacionais.

Violência

Relativamente à violência, é Johan Galtung quem desmascara dimensões antes ocultadas ou não observadas atentamente e expõe que ela vai muito para além da visível agressão física. Para ele, a violência é entendida como “evitáveis insultos às necessidades humanas básicas, e mais generalizadamente à *vida*,¹³ diminuindo o nível real de satisfação das necessidades para abaixo do que é potencialmente possível”¹⁴ (1990: 292). Para este, tais necessidades humanas podem ser divididas basicamente em quatro dimensões: necessidade de sobrevivência; de bem-estar; de identidade; e de liberdade (Ibidem). No tocante a violência, o autor a divide em três: directa, estrutural (1969) e cultural (1990). Apesar de altamente importante e pertinente, por melhor enquadrar-se na argumentação deste ensaio, este centrará atenção nas duas primeiras.¹⁵

Na violência directa, existe uma relação aberta e patente entre quem a provoca e quem a sofre, o relacionamento entre sujeito-acção-objecto é evidente (Galtung, 1969). Ela é “pessoal, visível, manifesta e não-estrutural”¹⁶ (Jeong, 2000: 20). Para Jeong, a sua forma mais notória e manifestamente percebida é a agressão física directa, e o infligimento de dor (2000: 19), entretanto, a violência directa pode também assumir

13 Ênfase no original.

14 Tradução livre do autor. No original: “avoidable insults to Basic human needs, and more generally to life, lowering the real level of needs satisfaction below what is potentially possible” (Galtung, 1990: 292).

15 Para maior esclarecimento no tocante a violência cultural, ver (Galtung, 1990). Para verificação da aplicação desta elaboração conceitual e a coexistência das três formas de violência na formação social, ver (Galtung, 2005).

16 Tradução livre do autor. No original: “personal, visible, manifest and non-structural” (Jeong, 2000: 20)

formas e dimensões mais subtis como, por exemplo, o abuso verbal e psicológico (Bulhan, 1985 apud Jeong, 2000: 19).

Enquanto a violência directa é evidente, clara e manifesta, a violência estrutural passa pelo oposto. Esta é latente, silenciosa e estática, ela é a própria normalidade (Galtung, 1969: 173), enquanto aquela é um evento, esta é um processo (Galtung, 1990: 294). A violência estrutural é intimamente associada com a injustiça social, sendo entendida como a fome, repressão/opressão, pobreza e alienação social. É inclusive relacionada à distribuição desequilibrada da riqueza e do processo decisório de alocação destas, assim como a oportunidades desiguais de vida (Jeong, 2000).

Paz

Perspectivando a paz em oposição à(s) violência(s) (Freire and Lopes, 2008: 6) e não como o contrário à guerra ou ao conflito, um entendimento conceitual mais alargado da violência, traz inevitavelmente uma perspectiva mais ampliada de paz. Dessa forma, em contraponto às violências directa e estrutural, Galtung formula, respectivamente, os conceitos de paz negativa e paz positiva. Com isso, abre-se caminho para uma visão mais positiva no tocante à paz. Esta, agora, lida também com o desenvolvimento e justiça social (1969), ficando dessa maneira evidente que a paz é algo mais além do que mero superar das violências directas entre as partes em conflito (Jeong, 2000).

A paz negativa é talvez o entendimento mais básico no tocante à paz. Esta passa pelo cessar e o superar das hostilidades violentas directas entre as partes envolvidas na conflitualidade. A consecução desta pode ser alcançada de diversas formas como, por exemplo, a resolução pacífica e negociada dos conflitos, interdependência económica ou pelo uso da força militar (Jeong, 2000) e policial. Contudo, a conquista da paz negativa não é o suficiente para a construção de uma paz sustentável e duradoura, esta passa também pela paz positiva. A paz positiva se preocupa com o estabelecimento de uma ordem social justa, com a eliminação de estruturas sociais injustas e opressivas, além do acesso equilibrado aos meios de poder e alocação de recursos (Galtung, 1969). Busca, portanto, a transformação de estruturas políticas, económicas e sociais que impediriam a satisfação de necessidades básicas dos indivíduos, que gerariam com isso o conflito violento. Sua visão não é curta como a paz negativa, seu horizonte é de longo prazo. Objectiva a melhora da qualidade de vida incluindo crescimento pessoal, liberdade, equilíbrio social e económico, e participação (Galtung, 1973 apud Jeong, 2000).

Neste ponto é percebido, mais do que claramente, que as EMPs possuem o foco restrito na violência directa. Dessa forma, seu âmbito de acção é limitado tanto no tempo quanto no espaço. Contudo, Galtung e a Escola Nórdica mostram justamente que somente esta dimensão não é suficiente para uma paz sustentável. Ao não possuírem instrumentos, capacidade, nem conhecimento para um entendimento de paz mais alargado e a consequente busca por uma ordem social mais justa, assim como a eliminação de violências e opressões estruturais, ou seja, a construção de uma paz positiva, as EMPs somente prolongariam ou simplesmente adiariam o conflito. Tal facto, iria inclusive ao encontro dos incentivos financeiros destas, como já visto anteriormente, uma vez que quanto mais conflitos, maior seriam suas receitas.

Origens dos Conflitos

É cada vez mais notório que, para se ter uma participação positiva na transformação dos conflitos violentos, é necessário um entendimento das causas destes. Caso contrário, se corre o risco de ficar na superficialidade destes, não realizando assim a sua transformação, mas possivelmente o seu congelamento. Desta forma, ao se observar alguns pontos aludidos como origem destes, é ampliada a percepção da incapacidade e não pertinência das EMPs terem papel central nas respostas à conflitualidade internacional, uma vez que estas não abordam nem conseguem abordar tais dimensões. Ao invés de um caminhar em direcção à construção de uma paz sustentável, estas tendo a centralidade das respostas da comunidade internacional, se pode ir a caminho de um congelamento, ou um simples gerenciamento dos conflitos. Este facto, à luz dos avanços e desenvolvimentos relativamente às operações de paz, é um notório retrocesso.

Variadas e múltiplas são as justificações levantadas para explicar as fontes do conflito violento. Parte dos investigadores, acreditam na genética como parte da violência; sendo assim, a própria natureza humana seria a fonte do comportamento violento tanto entre grupos quanto entre indivíduos. Já para os estudiosos das necessidades básicas, a violência é originada na não-satisfação de necessidades tanto físicas quanto psicológicas. Responsabilizam assim as experiências de frustração como gerador da violência (Jeong, 2000).

No tocante aos conflitos intra-estatais, os quais as EMPs têm como principal objectivo abordar, há grande complexidade no estudo e abundante diversidade referente às suas explicações causais. Contudo, apesar disso, Gardner expõe quatro dimensões que se sobressaem referentemente à bibliografia no assunto,

nomeadamente: insegurança, incentivos privados, desigualdade e percepções (2002: 17). Por melhor se enquadrar nos moldes deste ensaio, este centrar-se-á nos três primeiros.

Relativamente à primeira dimensão, a insegurança, muita atenção é dada ao dilema de segurança no plano interno dos Estados. Para esta corrente teórica, o dilema de segurança pode mostrar tanto o colapso do Estado, assim como a sua inabilidade para proteger os diferentes grupos; ou então, o prelúdio deste colapso, ao invés do seu resultado. Contudo, em ambos os casos, o dilema de segurança interno seria central para a origem da violência (Gardner, 2002). Aqui, apesar dos defensores das EMPs argumentarem que estas poderiam facilmente “impor” a paz (Shearer, 1998a), a sua simples presença poderia alterar o dilema de segurança local. Ao invés de ter o efeito de amenizar os ânimos locais, as EMPs podem ser vistas como um novo perigo, levando os grupos locais a uma corrida pela busca de mais armamentos com o objectivo de se contrapor a este novo actor.

Em relação aos incentivos privados, esta vertente teórica aborda o interesse das lideranças e elites locais no prolongamento e na não resolução do conflito. Estas, muitas vezes, vêem no conflito a melhor alternativa disponível (Carment and James, 1998), uma vez que obtêm muito mais vantagens políticas quanto económicas com a continuação deste (Gardner, 2002). Como já visto anteriormente, pode ser muito mais lucrativo, e portanto também mais interessante para as EMPs, o congelamento ou a prolongação deste. Dessa forma, tanto as EMPs quanto as elites e lideranças locais comungariam interesses. Nada impediria, portanto, que estes chegassem a algum acordo financeiro para o congelar da conflitualidade, ou mesmo que estas elites passem a contratar as EMPs e agora não mais objectivam a deposição, mas sim a protecção destas.

No tocante à desigualdade, os estudiosos que se enquadram nessa dimensão, observam o quanto o desequilíbrio horizontal em dimensões como: participação política, activos económicos, educação, situação social, entre outros, relativamente aos diferentes grupos locais, afectam ou podem incentivar o conflito (Gardner, 2002). Novamente fica clara a ineficiência das EMPs para lidar com tais aspectos. Estas enquadrar-se-iam melhor no entendimento de paz positiva e a construção de uma estrutura social mais justa e equilibrada. Contudo, como foi exposto anteriormente, as EMPs possuem um entendimento e portanto uma actuação limitadas no tocante à paz. Sua actividade desenrola-se no simples superar das hostilidades e violência directa, algo já visto insuficiente para a construção de uma paz duradoura.

Conclusão

Este ensaio lançou um olhar sob um actor internacional que cada vez mais vem ganhando relevo tanto no âmbito do cenário internacional quanto das discussões académicas, nomeadamente no tocante à conflitualidade internacional: as EMPs. Tendo em vista que o rácio nas operações que contam com estes actores chega a 1 privado para 5 militares¹⁷ (O'Brien, 2007: 55) e que esta é uma indústria de \$ 100 bilhões¹⁸ (Leander, 2005: 806), é notório o expandir das acções desse actor. Faz-se, portanto, necessário mais largos e profundos estudos relativamente ao tema.

O presente ensaio teve como objectivo principal mostrar que as EMPs não possuem condições para terem papel mais central na conflitualidade internacional. Este olhar crítico, se fez de forma a mostrar a enormidade do desafio que é a transformação dos conflitos internacionais quando se amplia o entendimento de paz que se possui. Para tal, foi explorado o entendimento de violência e de paz avançados nomeadamente por Johan Galtung e a Escola Nórdica dos Estudos para a Paz. Foi ressaltado, também, que, para uma transformação de longo prazo dos conflitos é necessário um entendimento profundo das causas centrais destes e, neste ponto, expor as principais dimensões abordadas pelos estudiosos das causas dos conflitos.

Dessa forma, fica patente não somente a ineficiência e limitação das EMPs no tocante à transformação dos conflitos internacionais, como também os efeitos perversos da sua maior utilização, seja em termos mais gerais, quanto em termos mais locais nos conflitos. Resta saber quando a comunidade internacional cessará a busca por soluções paliativas, de curto prazo ou até mesmo perversas (uma vez que traz efeitos negativos) para a conflitualidade internacional. É urgente que a comunidade internacional tome consciência de que a transformação dos conflitos inevitavelmente passa por um entendimento mais alargado de paz, este se fundando essencialmente em uma sociedade internacional menos desigual e desequilibrada, inexoravelmente mais justa.

¹⁷ Elevado crescimento se comparado com o rácio de 1 para 100 de 1991 na Guerra do Golfo (O'Brien, 2007: 55).

¹⁸ Número que figurava em torno dos \$ 55.6 Bilhões em 1990 e que é projectado para \$ 202 Bilhões em 2010 (Leander, 2005: 806)

Referências Bibliográficas

- Abrahamsen, Rita; Williams, Michael C. (2008) "Selling Security: Assessing the Impact of Military Privatization" *Review of International Political Economy*. 15 (1), 131-146.
- Avant, Deborah D. (2005) *The Market for Force: The Consequences of Privatizing Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barrinha, André (2007) "Empresas Militares Privadas, Direito e Conflitos (Parte I)" *Revista Autor*, (http://www.revistaautor.com/index.php?option=com_content&task=view&id=66&Itemid=49), [15th November 2008].
- Brooks, Doug (2000a) "Messiahs or mercenaries? The future of international private military services" *International Peacekeeping*. 7 (4), 129-144.
- Brooks, Doug (2000b) "Write a Cheque, End a War: Using Private Military Companies to End African Conflicts" *Conflict Trends*. (1), 33-35.
- Carment, David; James, Patrick (1998) "Ethnic Conflict at the International Level: An Appraisal of Conflict Prevention and Peacekeeping" in Carment, David; Kegley, Charles W.; Puchala, Donald J.; James, Patrick; Puchala, Donald J. (Eds.), *Peace in the Midst of Wars: Preventing and Managing International Ethnic Conflicts*. South Carolina: University of South Carolina Press, 298-317.
- Collins, Alan (2007) *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- Correia, Pedro de Pezarat (2002) "Repensar a Guerra: o fim do Monopólio Clausewitiziano" *Revista Janus*.
- Correia, Pedro de Pezarat (2005) "A Tendência para a Privatização da Violência" *Revista Janus*. 128-129.
- Fierke, K.M (2007) *Critical Approaches to International Security*. Cambridge: Polity Press.
- Freire, Raquel; Lopes, Paula (2008) "Rethinking Peace and Violence", Presented at *2nd Global International Studies Conference, WISC Ljubljana, Slovenia 23-26 July 2008* (<http://www.wiscnetwork.org/getpaper.php?id=255>) [19th October 2008].
- Galtung, Johan (1969) "Violence, Peace, and Peace Research" *Journal of Peace Research*. 6 167-191.
- Galtung, Johan (1990) "Cultural Violence" *Journal of Peace Research*. 27 291-305.

- Galtung, Johan (2005) "Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71 (June), 63-75.
- Gardner, Anne-Marie (2002) "Diagnosing Conflict: What do we know" in Hampson, F. O.; Malore, David (Eds.), *From Reaction to Conflict Prevention: Opportunities for the UN System*. London: Lynne Rienner Publishers, 15-40.
- Harbom, Lotta; Wallensteen, Peter (2009) "Armed Conflicts, 1946-2008" *Journal of Peace Research*. 46 (4), 577-587.
- Jeong, Ho-Won (2000) *Peace and conflict studies: an introduction*. Burlington: Ashgate Publishing Company.
- Kaldor, Mary (1999) *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge/Stanford: Polity Press/Stanford UP.
- Leander, Anna (2004) "African States and the Market for Force: The Destabilizing Consequences of Private Military Companies" *Political Science Publications N° 6*, (http://www.sdu.dk/~media/Files/Om_SDU/Institutter/Statskundskab/Skriftserie/04ANL6%20pdf.ashx), [20th November 2008].
- Leander, Anna (2005) "The Power to Construct International Security: On the Significance of Private Military Companies" *Millennium – Journal of International Studies*. (33), 803-826.
- Lilly, Damian (2000) "The Privatization of Peacekeeping: Prospects and Realities" *United Nations Institute for Disarmament Research – Disarmament Forum Peacekeeping: Evolution or Extinction?*, (<http://www.unidir.ch/pdf/articles/pdf-art135.pdf>), [2nd December 2008].
- Magalhães, Ana (2005) "As Empresas Militares Privadas e a Resolução de Conflitos no Quadro da ONU" *Nação e Defesa*. 111 155-174.
- Mandel, Robert (2002) *Armies Without States: The Privatization of Security*. Boulder, CO: Lynne Rienner.
- Moura, Tatiana (2005) "Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71 77-96.
- O'Brien, Kevin A. (2007) "What Future, Privatized Military and Security Activities?" *The RUSI Journal*. 152 (2), 54-61.
- Paris, Roland (2004) *At war's end: building peace after civil conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Paulo, Jorge Silva (2005) "Empresas Militares" *Nação e Defesa*. 111 113-153.

- Pureza, José Manuel; Cravo, Teresa (2005) "Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71 (June), 5-19.
- Richmond, Oliver (2008) *Peace in International Relations*. Abingdon: Routledge.
- Rogers, Paul; Ramsbotham, Oliver (1999) "Then and Now: Peace Research – Past and Future" *Political Studies*. 47 740-754.
- Rumsfeld, Donald H (2002) "Transforming the Military" *Foreign Affairs*. 81 (3), 20-32.
- Schreier, Fred; Caparini, Marina (2005) "Privatising Security: Law, Practice and Governance of Private Military and Security Companies" *Occasional Paper – Nº6*, (http://www.smallarmssurvey.org/files/portal/issueareas/security/security_pdf/2005_Schreier_Caparini.pdf), [10th November 2008].
- Shearer, David (1998a) "Outsourcing War" *Foreign Policy*. 12 (Fall), 68-81.
- Shearer, David (1998b) "Private Armies and Military Intervention" *Adelphi Paper Nº 316*. International Institute for Strategic Studies.
- Shearer, David (1999) "Private military force and challenges for the future" *Cambridge Review of International Affairs*. 13 (1), 80-94.
- Singer, Peter Warren (2002) "Peacekeepers Inc" *Policy Review*. 19 1-9.
- Singer, Peter Warren (2003) *Corporate Warriors – The Rise of the Privatized Military Industry*. New York: Cornell University Press.
- UNDP, United Nations Development Program (1994) "New Dimensions of Human Security" (<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/chapters/>), [25th November 2008].
- Vaz, Nuno Mira (2002) *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*. Lisboa: Ed. Cosmos/IDN.
- Weber, Max (2000) *A Política como Profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Wiberg, Håkan (2005) "Investigação para a Paz: Passado, Presente e Futuro" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71 21-42.